

APONTAMENTOS HISTÓRICOS, LITERÁRIOS E PESSOAIS: Uma reflexão sobre políticas públicas para mulheres pretas

Carla Lisboa Porto¹ 

RESUMO

Este texto é uma versão ampliada de minha participação, na noite de 19 de outubro de 2023, junto à “Jornada Unitau pela equidade e inclusão da diferença – ciência básica, socio diversidade e sustentabilidade social”. Neste texto, pretendo retomar a proposta de pensar sobre a riqueza existente na diversidade de cores, corpos e existências, saberes, fazeres e afazeres, práticas, ressignificações, resistências e lutas sociais, mas também de sua importância. Apesar do título atípico e dos elementos empregados em sua elaboração (como história, dados estatísticos, literatura e apontamentos pessoais), objetiva-se ampliar o debate sobre políticas públicas para o combate à desigualdade, principalmente com relação à saúde de mulheres pretas brasileiras.

Palavras-chave: Combate à Desigualdade, Saúde Pública, História Social, Literatura, Racismo.

HISTORICAL, LITERARY, AND PERSONAL NOTES: Thinking about public policies for black women

ABSTRACT

This text is an expansion of my participation, on the night of October 19, 2023, in the “Jornada Unitau pela equidade e inclusão da diferença – ciência básica, socio diversidade e sustentabilidade social”. I intend to return to the initial proposal to think about the richness in the diversity of skin colors, bodies and existences, knowledge, activities, practices, resignifications, resistance, and social struggles, but also their political and social relevance. Despite the atypical title and the elements used in its preparation (such as history, statistical data, literature and personal notes), the aim is to expand the debate on public policies to combat inequality, mainly in relation to the health of black Brazilian women.

Keywords: Combating Inequality, Public Health, Social History, Literature, Racism.

¹ Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP)

Autor Correspondente: Carla Lisboa Porto

E-mail: mrs.lisboa@gmail.com

Recebido em 08 de Janeiro de 2024 | Aceito em 30 de Junho de 2024.

INTRODUÇÃO

Em tempos de superexposição da vida pessoal nas redes sociais, pode parecer inadequado incluir alguns elementos pessoais em um texto acadêmico, mas faço isso inspirada numa declaração recente do professor emérito da USP, Kabenguele Munanga. Em sua aula inaugural do 2º semestre deste ano, para os alunos da FFLCH, na qual abordou as *Relações entre a antropologia e a militância intelectual negra*, o professor Munanga afirmou que os fenômenos sociais, particularmente o racismo, não são apenas estudados, mas também *são vividos*, e isso não deve ser ignorado pela academia. A subjetividade, sugere ele, não deve ser vista como “falta de objetividade”, como muitos alegam. Trata-se de um elemento complementar, que traz consigo aspectos importantes para compreender mais a fundo o impacto que o racismo tem sobre quem o vive. O pesquisador francês Jacques Revel (1998), por sua vez, mostra em seu livro *Jogos de escalas – a experiência da microanálise*, como a experiência pessoal está diretamente ligada a um contexto mais amplo, fazendo com que o micro e o macro – mas também o passado e o presente – dialoguem entre si o tempo todo. Em outras palavras, essa ligação mostra como a vida do indivíduo sofre interferências da coletividade na qual está (ou não) inserido e de como o indivíduo pode interferir na sociedade. E o que isso significa? Que história, literatura, dados estatísticos e parte de minha subjetividade podem auxiliar na percepção de como as desigualdades se manifestam em diversas áreas e conjunturas. Essa atitude política, que não deve ser confundida com uma escolha partidária, deve-se à vontade de partilhar algumas observações sobre algo que faz parte da vida de tanta gente, inclusive da minha. Afinal, além de historiadora, pesquisadora e cidadã, sou filha, tia, irmã, sobrinha, prima, amiga e professora de pessoas pretas. Portanto, não falo como alguém externa ao tema, que o vê como objeto de estudo, mas como alguém que é atravessada pelo racismo e por seus efeitos cotidianamente.

Faço isso porque vejo neste texto uma oportunidade de trazer este debate para a universidade, não somente como objeto de estudo, mas como possibilidade de diálogo *com* e *sobre* a sociedade e nosso papel dentro dela. E, para isso, é necessário falar sobre diferenças sociais que são sentidas e marcadas na pele. Diferenças que se manifestam por diversos meios e códigos, causando ao mesmo tempo, medo, ódio, marginalização, silenciamentos, mortes e padecimentos. Diferenças que são evidentes para quem, como eu, já foi parado na rua por ter uma atitude suspeita, ou foi mal atendida numa loja por ter “cara de pobre”, ou foi confundida com a babá, a cuidadora, a copeira, a “moça da limpeza” ou “do café...” Exercer essas atividades não é um problema, afinal, cada um se mantém como consegue e eu, de fato, já exerci algumas delas. O real problema é achar que, por não sermos brancos, as únicas ocupações possíveis sejam essas: as *subalternas*.

Sei que causa espanto, ainda hoje, ver pessoas pretas (e não brancas) frequentando determinados lugares, como as universidades, ou atuando em postos de comando ou gerenciamento, por exemplo. Ainda não é considerado normal nem natural, a ponto de muitos questionarem nossa capacidade intelectual, profissional etc. No entanto, parece não causar o mesmo espanto a precariedade, ou mesmo a miséria na qual vivem milhões de pessoas pretas, ou a morte de quem também tinha planos, dúvidas, sonhos interrompidos bruscamente, por causa da cor de sua pele. Mas como desconstruir essa mentalidade, cujos discursos podem ser extremamente nocivos e dolorosos, embora muitos se recusem a entender? O racismo tem várias faces e todas são nocivas, violentas e excludentes, mas também são sutis. O racismo é uma *violência sutil*, inclusive para pessoas como eu, não tão escuras e isso não significa que seja menos doloroso e perverso. Repito: o racismo é uma violência sutil, porque também se manifesta quando se coloca em dúvida a discriminação vivida por quem denuncia.

Emocionalmente falando, é exaustivo ter de lidar diariamente com o que muitos alegam ser uma simples brincadeira (sem graça alguma, aliás), uma frase (infeliz) “fora de contexto”, vitimismo, coitadismo, ou o tal do *mimimi*. Ou, então, como já aconteceu comigo, ter a capacidade intelectual questionada “com mais rigor”, seja pela abordagem teórico-metodológica adotada, ou pela análise dos dados levantados ao longo de minhas pesquisas em história social. Até mesmo durante as aulas, quando numa ocasião, um aluno – branco – me questionou se “a escravidão era tudo isso mesmo, se não era um exagero”, e que ele *acha* que “o racismo no Brasil é ‘de boas’, não é tão pesado como nos Estados Unidos.” Esse exemplo serve para mostrar alguns dos efeitos do racismo de cada dia, inclusive, a cegueira social desse aluno, para quem o racismo só existe em sua versão mais cruel e – por que não – midiática. Segundo essa percepção, que é compartilhada por muitos, se não houve morte, não é racismo. Saliento que esse comentário foi feito durante a pandemia, pouco depois de vir a público a morte do menino Miguel Otávio, de cinco anos, ocorrida no Recife, no ano de 2020 (CRIANÇA DE CINCO ANOS..., 2020). Um caso bastante emblemático, doloroso e exemplar (em seu pior sentido) sobre o impacto do racismo sobre a vida de uma mulher que não tinha com quem deixar seu filho para trabalhar. Uma mulher que, *por necessidade*, contrariou as recomendações da Organização Mundial de Saúde, e teve seu filho morto pela negligência de alguém que não queria deixar de ser servida, mesmo durante o período mais nocivo e nebuloso da pandemia de COVID – 19. Uma mulher que, como minha mãe, muitas vezes, não tinha escolha a não ser me levar, junto com ela, para as casas de suas clientes de manicure, quando não tinha com quem ficar depois da escola.

Uma mulher como minha mãe e tantas outras.

Dito isso, pergunto: como criar políticas públicas eficazes para o seu enfrentamento, quando sequer se reconhece uma atitude racista por parte de quem pratica? Tem-se ouvido muito sobre racismo estrutural, definida pelo atual ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania Silvio Almeida (2018), como um mecanismo que estrutura a sociedade brasileira do ponto de vista filosófico, jurídico e econômico, por meio de diferentes meios de ação. Mecanismo que, quando não mata, humilha, inferioriza e torna invisível milhares de pessoas, não importa a idade. O conceito elaborado pelo professor Almeida, infelizmente, tornou-se justificativa para a inércia de pessoas brancas com relação à essas questões. Afinal, se o racismo é estrutural, “não há nada que se possa fazer a respeito...” Em outras palavras, é transformado numa abstração, para a qual não são necessários autocrítica e, tampouco, posicionamento para seu combate.

Crianças têm muita dificuldade para aceitar e apreciar a própria imagem diante do espelho, porque ouvem e aprendem, desde muito cedo, que cabelo liso é que é cabelo bom, que o nariz fino é mais bonito e que ser, ou parecer branco, faz com que seja alguém melhor que os demais, principalmente dos mais escuros. São levados a acreditar, o tempo todo, que são inferiores, feios, incapazes, burros, marginais e essas crianças e adolescentes fazem um esforço gigantesco para acreditar que merecem uma infância e futuro dignos. Para acreditar que são pessoas. Muitos acabam por ceder e repetem esse discurso, no qual, infelizmente, muitas potencialidades se perdem, por causa da tentativa vã de se submeter a padrões sociais que, supostamente, todos devem seguir. Padrões inalcançáveis e que são extremamente destrutivos, porque essas pessoas são levadas a acreditar que sofrem de um defeito de cor.

A frustração faz com que muita gente se perca pela falta de oportunidades, tentando ter acesso à direitos previstos pela Constituição de 1988, que diz que todos são iguais em suas diferenças. Entretanto, o exercício pleno da cidadania, garantido pela Carta Magna, ainda é um privilégio. Ter acesso à escola ou universidade, em qualquer curso que se tenha vontade e conseguir concluí-lo; ter acesso a espaços de lazer e de entretenimento, entre outros recursos educativos e culturais, inclusive de acesso à internet (e não o “net-gato” improvisado); passando pelos recursos mínimos de saneamento básico; políticas públicas para saúde. Isso sem falar de direitos fundamentais – como o de ir e vir – que são negados diariamente, principalmente pelas instituições de segurança pública. E para isso, justificam o injustificável, alegando serem tipos suspeitos.

MAS POR QUE OS TIPOS SUSPEITOS NUNCA SÃO *BRANCOS*?

Meu objetivo aqui, além de convidá-los a reflexão, lamento informar, é incomodar. Considerando que o Brasil foi o último país da América a abolir o regime escravista, há exatamente 135 anos, este é apenas o primeiro indício de como nossa sociedade foi formada a partir da hierarquização das diferenças para o exercício de poder. Eis aí, uma das muitas contribuições que a história pode oferecer nesse debate tão necessário, e que mesmo com novas pesquisas surgindo, trazendo dados reveladores sobre nossa sociedade, tem sido silenciada, ou pior, distorcida. Talvez, porque o conhecimento histórico possa revelar vestígios de uma mentalidade colonial que persiste nos dias de hoje. Como diz Caetano Veloso (1978), nos versos da canção *Sampa*: “É que narciso acha feio o que não é espelho.” Logo, deduz-se (mal) que aquele que não é espelho, ou seja, não é seu semelhante, é o tal tipo suspeito...

Sigamos, olhando para trás para entender o presente, tal qual o mito de *Sankofa*, pássaro sagrado que voa olhando para trás, carregando um ovo, ou seja, o futuro, em seu bico. E para me ajudar nessa empreitada, conto com a inspiração de alguns intelectuais brasileiros pretas e pretos, de diferentes conjunturas e lugares de interlocução, que pensam, sentem e falam desse Brasil mestiço, indígena e preto que se quer branco, desse país desigual e que parece não querer enxergar sua diversidade.

UM POUCO DE HISTÓRIA E DE LITERATURA...

Diversos povos faziam (e ainda fazem) parte de África, formando diferentes culturas, códigos sociais e maneiras próprias de narrar o passado, desde antes do período das grandes navegações. No entanto, foi como *escravos* que milhões de pessoas surgiram na história do ocidente e do Brasil. Nas minhas primeiras aulas de história, em meados dos anos 1980, foi assim que conheci a primeira narrativa sobre eles. Veja: eu disse *escravos* e não *escravizados*. Existe uma diferença de termos que precisa ser ressaltada: quando se diz *escravos*, presume-se que esta seja a única condição possível para essas pessoas e não que tenham sido *submetidos* à escravidão por outrem, portanto, *escravizados*.

Alguns historiadores apontam que cerca de seis milhões de homens e mulheres foram traficados, desumanizados, negociados, vendidos, castigados, explorados e mortos, no Brasil, durante quase quatro séculos (Florentino, 2014). Além de terem sido vendidos e transportados em condições degradantes, milhões de pessoas perderam seus laços afetivos, códigos sociais, costumes e identidades, ou seja, tudo aquilo que fazia deles humanos. Nem direito ao próprio nome teriam mais, porque foram batizados à força, com nomes cristãos, antes de serem embarcados e, caso sobrevivessem, seriam expostos e negociados nos mercados nas regiões portuárias. Aqui no Brasil, os principais mercados ficavam no Espírito Santo, na Bahia e no Rio de Janeiro, onde eram revendidos para outros compradores do interior do país. Havia, portanto, uma rota comercial externa e interna. Para compreender melhor esse contexto tão complexo e cheio de ambiguidades, sugiro a leitura de *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, do historiador Manolo Florentino (1958 - 2021), professor da UFRJ, falecido prematuramente. No trecho a seguir, o autor apresenta como estruturou seu trabalho:

Em se tratando de um negócio, valeria mais a pena buscar desvendar a sua lógica empresarial para, a partir dela, tentar detectar os nexos de seus agentes propulsores (os traficantes de almas) com a sociedade, a economia e o Estado. A feliz coincidência entre a existência de tipos múltiplos e ricos de fontes e um suporte espacial privilegiado permitiu aferir essas intuições a partir do tráfico para o Rio de Janeiro desde o século XVIII até 1830 – sobretudo a fase crítica de 1790 a 1830. (Florentino, 2014, p. 10)

A pesquisa revela aspectos importantes do comércio de almas, sua circulação e sua lógica dentro da economia brasileira e internacional, mas também sobre quem comercializava. Numa outra perspectiva, ficcional, mas permeada pela realidade do Brasil imperial, o romance histórico *Um Defeito de cor* conta a história de Kehinde, cujo nome cristão era Luiza, mãe de Luiz Gama. A autora, Ana Maria Gonçalves, desvela as intrincadas relações sociais que resultaram num território mestiço nas peles, crenças, saberes e práticas. Mas, principalmente, nas pequenas subversões e grandes revoltas em busca de liberdade, ou ao menos, da sobrevivência *dentro* dessa economia.

O armazém já estava cheio de gente, e lá ficaram apenas os que não tinham nenhuma marca a ferro, pois tal marca indicava quem já tinha saído de África tratado na compra. Apesar de não estarem marcados, fui separada dos muçurumins [mulçumanos], e mais tarde soube que eles tinham grande valor e eram vendidos em lugares especiais. Fomos recebidos com certa alegria pelo branco que parecia ser o dono daquele local e que, ainda na rua, andou em torno de nós, apalpou nossas carnes, alisou nossas peles e provou o gosto deixado no dedo, abriu nossas bocas e olhou os dentes e, por fim, fez sinais de aprovação. Quando entramos no armazém, percebi o motivo da felicidade, pois ele tinha um bom estoque de pretos, mas juntando todos, não dava um de nós. Pareciam mesmo carneiros magros, bichos maltratados e doentes. (Gonçalves, 2019, p. 67)

Essas pessoas, que não eram consideradas como tal, não pertenciam mais a um lugar, uma família ou comunidade, mas a *alguém* que pagou por eles. Nos documentos de compra e venda encontrados em cartórios de Registro de Bens e Imóveis havia, geralmente, apenas o registro do local de compra, não da região ou comunidade de onde essas pessoas foram tiradas. O já mencionado historiador Manolo Florentino fez um levantamento das relações comerciais entre Rio de Janeiro e Angola, entre o século XVIII e XIX, e conseguiu, por meio de uma extensa pesquisa documental, recuperar parte desses dados. A dificuldade em encontrar registros semelhantes de outras regiões e períodos são um indício importante sobre o grave apagamento histórico sobre o tráfico negreiro ocorrido no Brasil e a exclusão social decorrente dele. Evidentemente, não é possível recuperar fatos históricos em sua totalidade, mas nesse caso, particularmente, esse silêncio *ecoa* ainda hoje, causando profundos danos sociais, simbólicos, econômicos e afetivos.

No nível simbólico, foi criado um imaginário sobre a África, uma terra desconhecida, primitiva, mítica e exótica. Para aqueles que não puderam conhecer os nomes, ou de onde vieram seus ancestrais, o continente africano, com seus atuais 54 países, tornou-se a *Mãe África*. E, mesmo com essa orfandade simbólica e ancestral, essas pessoas seguem, ainda hoje, na busca por uma origem e acolhimento, tentando lidar com o apagamento de seu passado. Anseiam por um pertencimento que, por vezes, os levam a tentar se encaixar e adaptar a grupos que os toleram, porque não são vistos verdadeiramente como indivíduos, com suas características, capacidades e vontades. É preciso adaptar-se, apagar-se e tornar-se outra pessoa para ser socialmente aceita. Isso não é fácil e causa dores e traumas profundos. A máscara branca, mencionada pelo psiquiatra e filósofo martinicano Frantz Fanon (2008), é pesada e machuca, podem acreditar. Eu já tive que usá-la em várias ocasiões e posso dizer que fere na alma, afinal, o racismo tem várias maneiras de adoecer. Lima Barreto que o diga...

Digo com franqueza, cem anos que viva eu, nunca poderá apagar-me da minha memória essas humilhações que sofri. Não por elas mesmo, que pouco valem; mas pela convicção que me trouxeram de que esta vida não vale nada, todas as posições falham e todas as precauções para um grande futuro são vãs. Eu tinha tudo, ou tenho tudo, para não sofrê-las, tanto mais que não as provoquei. Sou instruído, educado, sou honesto, tenho procurado o mais possível ter uma vida pura. Parecia que sendo assim, que – sendo eu um rapaz que, antes dos dezesseis anos, estava numa escola superior (que todos me gabavam a inteligência, e mesmo até agora, ninguém nega) – estivesse a coberto de tudo isso. [...] Esta passagem várias vezes no hospício e outros hospitais, deu-me não sei que dolorosa angústia de viver que me parece ser sem remédio a minha dor. (Barreto, 2017, p. 67)

Sua escrita representava, para ele, uma possibilidade de militância, de existência e de sobrevivência. Principalmente de denúncia. Suas crônicas e contos revelam aspectos da então capital do país no início da República que não devem ser ignorados. Uma cidade que se pretendia civilizada aos moldes europeus, mas que tinha como marca principal a mestiçagem. Mas, também, a falta de recursos para a maioria da população que vivia de maneira bastante precária, quando não miseravelmente, nos cortiços no centro da cidade, ou subúrbios e nas primeiras favelas (CHALHOUB, 2006). A mesma cidade que parecia pequena para abrigar seus sonhos – perdidos um a um – empurrados goela abaixo com cachaça para suportar a falta de oportunidades e de reconhecimento pelo seu talento, a dificuldade em sustentar a si mesmo e à família. Havia, ainda a luta exaustiva contra o racismo e a desigualdade social, tantas vezes por ele denunciada em seus escritos. Mazelas que permanecem um século depois de sua morte precoce, aos 41 anos, ocorrida em 1922. Pode-se dizer que a *causa mortis* de Afonso Henriques de Lima Barredo tenha sido a falta de perspectivas e de esperanças, juntamente ao alcoolismo e cansaço para se fazer conhecer e respeitar como intelectual negro que era, mesmo fora dos cânones brancos (Santos, 2012).

Hoje, seus textos carregam não somente sua visão – um tanto sarcástica – sobre o país desigual que conheceu, mas também documentam as mazelas daquele tempo, vividas por ele e pelas gentes que ele descreveu: “negras”, “negros flexíveis”, “pardos claros”, “morenas”, mestiços, “caboclos”, “crioulas”, “azeitonados”, ‘morenos pálidos’, ‘morenos fortes’, “velhos africanos”, “velhas pretas” ... Por meio dessa extensa paleta de cores (Porto, 2021, p. 195 – 6), o escritor dava visibilidade e humanidade a indivíduos que faziam parte das tais “classes perigosas” cuja versão atualizada é representada pelos tipos suspeitos, já mencionados.

É preciso deixar de lado a ideia de que aqueles capturados e trazidos de África (ou aqui nascidos) eram primitivos, submissos e incapazes de se organizar em rebeliões, ou ainda, que foram agraciados pela boa vontade e espírito maternal de Isabel de Bragança e Bourbon. Longe disso. Antes da abolição, já havia uma série de manifestações e insurreições, grupos de pretos que se uniam para compra de alforrias, redes de ajuda mútua para conseguir espaço no meio social, apesar de todas as dificuldades enfrentadas (Reis e Gomes, 2021). A (falsa) liberdade tornou-se um fardo, para muitos, quase um castigo, iniciando um longo processo de marginalização, miséria e invisibilidade social, que persiste até hoje.

Não houve um planejamento de inserção social dos então libertos e de seus descendentes, após da promulgação da Lei Áurea. Não lhes era permitido ter propriedades, fazendo com que muitos trabalhassem em seus antigos ofícios, em geral, mal remunerados. Tampouco poderiam frequentar as primeiras escolas públicas, e aqueles que o conseguiam, em geral, eram apadrinhados ou protegidos por alguém branco e com influência o bastante para serem tolerados nessas instituições de ensino, caso de Lima Barreto (Porto, 2021) e de Machado de Assis (Balbino, 2021). Proteções e apadrinhamentos que, muitas vezes, escondiam paternidades indesejadas de filhos bastardos concebidos por mulheres negras escravizadas, caso de Theodoro Sampaio (Porto, 2021, p. 403 – 404) e de tantos outros intelectuais negros, em sua maioria, provenientes da Bahia. Entretanto, esses casos reforçam a exclusão social e a falta de oportunidades para pessoas de cor que não tinham uma máscara (social) branca. Para os invisíveis, ou sem padrinhos, restava viver de pequenos serviços, do comércio informal nas ruas, mas também do crime, da mendicância. Muitas vezes, tentando anestesiar a fome e a falta de perspectivas com cachaça ou outros entorpecentes, como Lima Barreto fazia início do século passado. Sem oferecer a eles uma oportunidade de viverem dignamente, seria mais fácil para o Estado e a sociedade escondê-los nos hospitais psiquiátricos, nas prisões, nas primeiras favelas e inúmeros bairros de subúrbio, ou das periferias que se formaram em todo o país. Foi nesse contexto que surgiu o estereótipo do “negro marginal” (Chalhoub, 1986).

No início do XX, o processo de urbanização no Brasil se intensificou e junto com ele, os primeiros programas de higienização e saneamento nas principais avenidas da então capital federal, o principal cartão postal do país, relegando a periferia e o subúrbio, ao Deus dará. Diante da (suposta) ameaça crescente dos marginalizados, a disciplina passou a ser um instrumento importante sobre a população, em diversos aspectos: na rua, no trabalho, na saúde pública, nas moradias, até mesmo nas relações sociais (*Idem*, 1986). Essa disciplinarização dos comportamentos fazia parte de um modelo político, cuja principal justificativa seria, novamente, defender a sociedade da *ameaça* de raças inferiores (Stepan, 2014). Essa mentalidade foi reforçada pelas teorias eugênicas (ideia de pureza da raça como parte das medidas sanitárias), trazidas para o Brasil pelo médico Renato Kehl e que, de modo preocupante, têm ressurgido, disfarçado em discursos bastante perigosos.

Há quem argumente que se deva “superar esse triste passado” e buscar uma unidade espiritual, uma unidade segundo valores brancos e cristãos, que fique bem claro! Numa sociedade extremamente violenta como a brasileira, ouvir ou dizer frases como essas, deixa evidente a cegueira social de quem tem acesso a recursos que uma parcela considerável da população não tem. Entre a indiferença, muitas vezes disfarçada de ignorância e a superficialidade das discussões em tempos de redes sociais, é importante compreender de onde vem essa visão de mundo. Ela é reafirmada por meio do racismo que é negado cotidianamente, inclusive com frases aparentemente banais e ingênuas, como “não sou racista, tenho até um amigo negro”; “tenho familiares negros”, como se isso fosse uma espécie de atestado que exime alguém de seu erro e da autocrítica.

É importante entender como a suposta inferioridade de pretos e mestiços foi elaborada e porque ela permanece. Conhecer, mesmo que parcialmente, esse processo histórico e seus mecanismos é o primeiro passo para combater, não somente a desigualdade que os marginaliza e invisibiliza continuamente. O que essas reflexões podem nos dizer sobre o racismo, tão multifacetado, numa sociedade de identidades e realidades múltiplas, como a nossa? Vou mais longe: de que igualdade estamos falando, se, ao menor sinal de contrariedade, a diferença se torna uma *ofensa*?

Na rua, Clara pensou em tudo aquilo, naquela dolorosa cena que tinha presenciado e no vexame que sofrera. Agora é que tinha a noção exata da sua situação na sociedade. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, ouvir os desaforos da mãe do seu algoz, para se convencer de que ela não era uma moça como as outras; era muito menos no conceito de todos. (barreto, 1948)

Eis, aí uma das muitas sutilezas da qual o racismo é capaz de ferir e tornar invisível:

O bonde vinha cheio. Olhou todos aqueles homens e mulheres... Não haveria um talvez, entre toda aquela gente de ambos os sexos, que não fosse indiferente à sua desgraça... Ora, uma mulatinha, filha de um carteiro! ... Dona Margarida relatou a entrevista, por entre o choro e os soluços da filha e da mãe. Num dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero:

- Mamãe! Mamãe!

- Que é minha filha?

- Nós não somos nada nesta vida. (Barreto, 1948).

Neste trecho, a “mulatinha” (como Dona Salustiana fizera questão de lembrar), descobria, de modo cruel, que não era como qualquer outra moça casadoira que acreditava ser. Tornara-se dolorosamente negra, como diria a psicanalista Neusa Santos Sousa (2021), em seus estudos sobre a identidade do negro brasileiro, décadas mais tarde.

...E DA LITERATURA AOS DADOS ESTATÍSTICOS.

Muitas, como Clara, tiveram que aprender a “ser fortes” para sobreviver, ou, como dizem hoje em dia, se tornarem “guerreiras”, como se fosse um grande elogio. Como se a vida das brasileiras já não fosse desafiadora o bastante, a de mulheres negras é, muitas vezes, análoga a situações de guerra, causando um nível de stress altíssimo, cujos impactos na saúde são assustadores (Ribeiro, 2020). Talvez, numa tentativa de contradiscurso, dizem por aí que “elas são fortes, mas estão cansadas”. O que não se diz é o quanto são negligenciadas, inclusive quando estão grávidas e precisam de cuidados. Pois bem, como pensar em igualdade se são as mulheres pretas e mestiças quem sofrem mais violência obstétrica? Seja na recusa do médico em prescrever medicamentos para o alívio da dor, para regular a pressão arterial ou diminuir o desconforto causado pelo avanço da gestação? Ou pior, quando no parto, recebem menos anestésicos, porque “são mais resistentes à dor” ou porque são “parideiras”?

Abro aqui um parêntese: essa expressão e essa crença revelam um vestígio atroz sobre a economia escravagista brasileira, no caso, as fazendas de reprodução existentes no Brasil no século XIX. Nessas fazendas, homens e mulheres cativos eram obrigados a “cruzar” para gerar “crias”, ou seja, mão de obra, para os senhores fazendeiros. Prática que também deu origem ao termo *criada*, *criadagem*, ou seja, *as crias da casa*. Prática que só foi extinta, oficialmente (mas não completamente), com a Lei do Ventre Livre, de 1871. Fecho parêntese.

Volto ao tempo presente, baseando-me em alguns dados sobre a saúde da mulher, que explicitam, ainda mais, a desigualdade mais do que cotidiana, histórica. Segundo dados do *Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna, da Secretaria de Vigilância em Saúde*, do Ministério da Saúde (2019):

Quadro 1 – Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna

Óbitos maternos por causas obstétricas diretas, de mulheres entre 10 e 49 anos - 2019	Mulheres atendidas pelo SUS que tiveram filhos e se declararam solteiras (Sinasc):
381 negras (563 pardas e 118 pretas)	52% pretas
298 brancas	45% pardas
18 indígenas	43% indígenas
1 amarela	35% brancas
27 óbitos sem informação racial	
Total de óbitos: 1025	

Quadro 1 – Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna

Fonte: Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde.

Lembrando que violência física, psicológica, moral sofridas durante a gestação, parto e puerpério, inclusive nos casos de aborto, constituem *violência obstétrica*. Ressalto que ela é maior entre mulheres negras, tendo em vista a intersecção entre raça e gênero. Com relação ao pré-natal, de acordo com relatório do Instituto de Estudos para Política de Saúde (IEPS), apenas 6 em cada 10 mulheres negras tiveram acesso ao pré-natal, apesar da ampliação do acesso entre 2014 e 2019. Além disso, mulheres negras foram as que mais sofreram com as consequências da pandemia.

O estudo aponta, ainda, que o fator preponderante para esses números foram a disponibilidade de leitos e a presença/ausência de estratégias de saúde das famílias. Onde há *mais leitos e maior cobertura* dessa estratégia, *menores* são os indicadores de desigualdade racial, no quesito pré-natal. Outra informação importante é que o aumento de médicos não quer dizer que haja menos desigualdade, daí a importância do fortalecimento da *Atenção Básica* e da *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. É assustador pensar que muitos desses óbitos poderiam ter sido evitados se essas mulheres tivessem recebido atendimento médico adequado. É angustiante observar que esses dados evidenciam não somente a desigualdade vivida por milhares de usuárias do Sistema Único de Saúde, mas, também expõem indícios do projeto de sucateamento do SUS.

Quadro 2 – Indicadores de Saúde da Mulher

Mulheres que não tiveram o número recomendado de consultas de pré-natal pelas organizações de saúde :

- Indígenas **29%**
- Pretas e Pardas **11%**
- Brancas **5%**

- O risco de morte entre **crianças pretas**, com até cinco anos, é **39% maior**.
- **Morte causada por diarreia: 72%** maior entre crianças pretas;
- **Morte por pneumonia: 78%** maior quando comparado com as chances em crianças nascidas de mães brancas;
- **Mortes por causas acidentais: 37%** mais riscos

Quadro 2 – Indicadores de Saúde da Mulher

Fontes: Sistema de Nascidos Vivos (Sinasc), UFMG e Centro de Integração de dados e Conhecimentos para a Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia)

O *Quadro 2* contém índices reveladores não somente com relação à saúde das mulheres, mas também a de seus filhos. São dados que mostram como a desigualdade social é um fator *determinante* sobre a vida dessas pessoas, independentemente da faixa etária. De acordo com uma pesquisa liderada pelo *Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde* (Cidacs/Fiocruz Bahia), o risco de morte entre crianças pretas, com até cinco anos, é 39% maior do que as demais. Entre as causas evitáveis dessas mortes precoces estão a diarreia, má nutrição e pneumonia. As crianças dessa faixa etária são as mais vulneráveis e estão sob maior risco de adoecerem por causas mais ligadas às *condições sociais* de seus pais ou cuidadores.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com cerca de 60 mil mulheres atendidas pelo SUS, a sobrevivência de mulheres negras com câncer de mama é 10% menor do que mulheres brancas. O estudo aponta que os motivos *não estão* relacionados à predisposição genética ou biológica, mas à condição social e de acesso aos equipamentos públicos de saúde, negadas historicamente, como já mencionado.

Com relação à saúde mental, a psicóloga e professora da *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*, Jeane Tavares (2018), alerta que:

- a) a discriminação e preconceito percebido isoladamente geram disparidades na saúde mental (CUEVAS et al, 2013), ou seja, mesmo a pessoa negra com boas condições financeiras e alta escolaridade apresenta sofrimento psíquico por sofrer racismo. Existe uma associação positiva entre racismo percebido/discriminação e depressão, ansiedade, Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT) (PIETERSE, TODD, NEVILLE, CARTER, 2011; PARADIES et al, 2017);
- b) os transtornos mentais são mais frequentes na população negra que na branca com destaque para psicose e transtorno mental comum (CMD) (SMOLEN; ARAÚJO, 2017; COOPER et al, 2008, NELSON, 2006; KARLSEN et al, 2005). Geralmente, quando chegam aos serviços de saúde, recebem diagnósticos de maior gravidade e com comorbidades;
- c) o racismo internalizado, que é o desenvolvimento de uma identidade étnico racial desvalorizada ou negativa, tem associação com o desenvolvimento de depressão maior (James, 2016);
- d) maiores níveis de estresse crônico (Faro, Pereira; 2011) que a população branca em todos os contextos pesquisados, sendo que mulheres negras referem mais estresse que homens negros (Cuevas et al, 2013). Importante destacar que o estresse crônico tem relação com adesão aos comportamentos de risco à saúde (sexual, exposição à violência, abuso de drogas), com dificuldade de autocuidado, adoecimento crônico (Hipertensão Arterial Sistêmica, doenças autoimunes, cardiopatias), contribui para dificuldade de concentração que afeta memória e aprendizagem e crianças e jovens negros são diretamente afetados, relaciona-se com ruptura de vínculos afetivos e lutos crônicos, absenteísmo e desemprego. (Tavares, 2018)

Ou seja, somente a existência de políticas públicas para essas comunidades não garante a resolução dessas questões. É fundamental compreender esses aspectos sócio-históricos que envolvem as relações étnico-raciais para o desenvolvimento de medidas educativas e de inclusão social. Além disso, é importante introduzir o quesito *cor* no sistema de informação em saúde, para um estudo mais consistente e efetivo sobre as análises epidemiológicas das populações e suas especificidades. O registro da informação *raça/cor* facilita a definição de políticas públicas específicas para as diferentes populações. Principalmente, é preciso lembrar que acesso à saúde e ser tratado com dignidade não é um favor, ou concessão. É um direito que todo cidadão tem e que deve ser respeitado.

UM DIAGNÓSTICO SÓCIO-HISTÓRICO À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário, me propus a elaborar um diagnóstico sócio-histórico no qual o racismo é visto como uma *epidemia social*, tendo em vista que, no Brasil, o grupo social dos *mais pobres* é formado, em sua maioria, por *pretos* e que na situação oposta, o *dos mais ricos*, a maioria é de *brancos*. Além disso, a taxa de *analfabetismo funcional* entre pretos e não brancos é *superior* ao de brancos e a mesma relação vale para a taxa de desempregados. E, dentro desse grupo de pessoas sem emprego, as mulheres são as mais prejudicadas e, proporcionalmente, ainda têm menos tempo médio de estudos. As crianças e adolescentes afrodescendentes entre os 4 e 17 anos são mais dependentes da merenda escolar para sobreviver: 60,6% são usuários deste tipo de recurso, enquanto as crianças brancas são 48,1% (Camargo, 2012, p. 349-350).

Esses dados reforçam que a discriminação racial e o racismo são o principal fator de impacto na saúde das populações negras no país. E quem diz isso é o documento *Política Nacional de Saúde da População Negra*, de 2013. Nele são apresentando dados que evidenciam que homens e mulheres pretos morrem precocemente por *causas evitáveis*, e as taxas de mortalidade são mais altas quando comparadas aos dos brancos. Os danos socioeconômicos também são inúmeros: evasão escolar; baixa escolaridade e renda. Esses índices, por si só preocupantes, sinalizam que por terem vivenciado e sofrido diferentes formas de violência, essa população é mais propensa a reproduzir esse comportamento, inclusive as crianças, que aprendem desde cedo a se defender e se impor na base do grito ou da agressão física.

Dizem que os negros e afrodescendentes não têm educação, são agressivos, irascíveis, histéricos, encenqueiros, indisciplinados... Vocês já pararam para pensar sobre o porquê desse comportamento, que, na maioria das vezes, é resultado do mais puro cansaço? Se não, deveriam. Não se trata de *culpa*, mas de assumir a *responsabilidade social* que cabe a cada um, principalmente aos brancos. É preciso ter a humildade de reconhecer que nós, pretos, não precisamos ser salvos. Precisamos de respeito e de *oportunidades* para que possamos trilhar dignamente o caminho que quisermos, como biólogos, astronautas, bailarinos, filósofos, *chefs de cuisine*, cirurgiões, professores de física quântica, arquitetos, artistas, juízes... e não apenas sobreviver com subempregos ou, viver da “caridade de quem me detesta”, como diz a canção *O tempo não para*, de Cazuza (1988).

É importante lembrar que *cor* não é apenas uma categoria biológica, mas que também é um *fator social* determinante para o adoecimento psíquico, além de todos os aspectos mencionados. Portanto, não é apenas uma *pauta* da comunidade negra, mas um problema que deve ser combatido por toda a sociedade, por meio da educação e da cobrança de políticas públicas e a disponibilização de recursos e treinamento adequado para sua execução. O racismo não é algo sobre o qual se possa opinar se existe ou não. Ele existe. É nocivo, silencia, adocece, criminaliza, mata. Torna invisível. Mais do que mero caso de polícia, ou fria e dura estatística, causa danos permanentes à saúde de suas vítimas. Reforço, portanto, a sugestão de que vocês reflitam sobre essas questões e que viabilizem uma mudança de postura e mentalidade. Essa luta é repleta de complexidades, disparidades e cheia de nuances, que interligam questões muito profundas para ser enfrentada com *hashtags*, boas intenções e frases de efeito. Portanto, antes de perguntar sobre quem pode ou não pode usar turbante ou tranças, se o correto é chamar de *negros* ou *pretos*, *pardos* ou *não brancos*, *índios* ou *indígenas*, sugiro tratá-los pelo nome, como qualquer pessoa, mas respeitando suas particularidades, principalmente, suas fragilidades, que são muitas.

Apesar de minha pesquisa atual estar no campo da história da saúde coletiva – não sou profissional da área da saúde – ao pensar sobre esses dados e sua relação direta com um processo histórico tão excludente, é possível observar a dimensão dos danos causados, a longo termo, às populações marginalizadas. Chamo atenção para o fato de que estes comportamentos de risco são determinados por fatores históricos, políticos e socioeconômicos e que não podem ser desconsiderados. Nesse contexto é importante salientar a urgência do debate para a criação e execução de políticas públicas para a população preta, o que me instigou a buscar na estatística, na história e na literatura um caminho para essa reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

- Almeida, Silvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Ed Letramento, 2018.
- Balbino, Jefferson. Machado de Assis: “A vida é boa” e sua posteridade é ainda melhor. In: SILVA, Zélia (org.) *Memória e identidades negras patrimonializadas (Brasil – séculos XX/XXI)*. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2021, p. 357 – 398.
- Barreto, Lima. *Diário do Hospício/O cemitério dos Vivos*. São Paulo: Ed Cia das Letras, 2017. _____. *Clara dos Anjos*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000048.pdf>.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa*. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.
- Camargo, Climene L. de; et. Al. Reflexões sobre a violência vivenciada por crianças e adolescentes negros. In: *Saúde da população negra / Jurema Werneck, Luís Eduardo Batista e Fernanda Lopes (orgs.)*. - Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 338-355.
- Cazuza. *O tempo não para*. O Tempo Não Para (Cazuza Ao Vivo). Rio de Janeiro: Gravadora Philips/Poligram. 1988. Cd (4 min. 50 seg)
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1986.
- _____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Ed Cia. das Letras, 2006.
- Criança de 5 anos morre após cair do 9º andar de prédio no centro do Recife. Disponível em: g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/02/crianca-de-5-anos-morre-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-centro-do-recife.ghtml. Acesso em: 23 out 2023.
- Fanon, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Ed. EDUFBA, 2008.
- Florentino, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*.
- Gonçalves, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Ed Record. 2019.
- Munanga, Kabengele. *Relações entre Antropologia e militância intelectual negra*. Aula Inaugural do PPGAS/USP, ocorrida em 13/09/2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qWTLO1YTx9A&ab_channel=PPGAS-USP. Acesso em: 23 out 2023.
- Painel de monitoramento da mortalidade materna.
- Disponível em: <https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/> Acesso em: 02 out 2022.
- Porto, Carla L. Lima Barreto no país das Bruzundangas: a literatura como lugar de memória. In: SILVA, Zélia (org.) *Memória e identidades negras patrimonializadas (Brasil – séculos XX/XXI)*. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2021, p. 183 – 234.
- _____. Theodoro Fernandes Sampaio e as disputas de memória: de “brasileiro ilustre” a intelectual negro. In: _____. *Memória e identidades negras patrimonializadas (Brasil – séculos XX/XXI)*. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2021, p. 399 – 440.
- Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- Reis, João J.; GOMES, Flávio dos S (orgs.). *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Ed Cia das Letras, 2021.
- Ribeiro, Flávia. *Estereótipo sobre ‘ser forte’ afeta saúde mental das mulheres negras*: Estereótipo sobre força física e psicológica, construído historicamente, sequestra a humanidade, fragilidade e subjetividade, impactando na saúde mental de diferentes mulheres negras. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/estereotipo-sobre-ser-forte-afeta-saude-mental-das-mulheres-negras>

Alma Preta. Cotidiano. 22 set. 2020. Acesso em: 22 set 2023.

Santos, Nádya M.W. Lima Barreto muito além dos cânones: prefaciadores, brasilidade modernista e representações literárias. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire; Vangelista, Chiara(orgs.). *Circularidades Políticas e Culturais: Percursos Investigativos*. São Paulo: Ed Hucitec, 2012, pp. 58 – 75.

Souza, Neusa S. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 2021. 1ª ed, 2ª reimpressão.

Stepan, Nancy L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2005. Coleção História e Saúde.

Tavares, Jeane. *As repercussões do racismo na saúde mental*. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/as-repercussoes-do-racismo-na-saude-mental/> Alma Preta. Cotidiano. 4 dez. 2018. Acesso em: 22 set 2023.

Veloso, Caetano. *Sampa*. Muito (Dentro da estrela azulada). Rio de Janeiro: Gravadora Philips, 1978. LP (3 min. 17 seg.)